



INSTITUTO CENTRO DE VIDA

**Relatório de Auditoria das Demonstrações
Financeiras do exercício findo em 31 de
Dezembro de 2016.**

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

Março / 2017



Campinas, 13 de março de 2017.

Para
Renato Aparecido Farias
Diretor Executivo do Instituto Centro de Vida
Cuiabá, Mato Grosso

Ref: Auditoria das Demonstrações Financeiras em 31/12/2016.

Estivemos nas dependências do **INSTITUTO CENTRO DE VIDA**, realizando trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de Auditoria e, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Encerrados nossos trabalhos emitimos este relatório em forma longa, contendo:

Balanço Patrimonial;
Demonstração das Sobras e Perdas do Exercício;
Demonstração do Resultado Abrangente;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração do Fluxo de Caixa;
Notas Explicativas da Administração; e
Relatório dos Auditores Independentes.

LAM AUDITORES INDEPENDENTES



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2016.

Para melhor compreensão o relatório está dividido nas seguintes seções:

I - BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo
Passivo

II - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS DO EXERCÍCIO

III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

V - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

VI - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

VII - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Seção I

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Balço Patrimonial dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015. (Em Reais - R\$)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	626.994	3.475.950
Contas a receber de projetos	7	241.175	146.413
Outros créditos		68.963	406.551
Despesas do exercicio seguinte		4.250	2.266
		941.383	4.031.180
Não circulante			
Contas a receber de projetos	5	252.256	252.256
Investimentos		1.893	1.893
Imobilizado	6	327.845	374.212
Intangível	6	3.587	5.030
		585.581	633.391
Total do ativo		1.526.964	4.664.571

As Notas Explicativas da Administração Integram as Demonstrações Financeiras.



Seção I

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015. (Em Reais - R\$)

Passivo e patrimonio líquido	Nota	2016	2015
Circulante			
Fornecedores		6.556	52.188
Férias e encargos sociais		351.549	391.366
Obrigações fiscais e sociais	8	119.677	259.456
Recursos vinculados a projetos	9	494.989	3.494.074
Outras obrigações		9.262	19.359
		982.033	4.216.443
Não circulante			
Receita diferida	3.g	98.150	110.584
		98.150	110.584
Total do passivo		1.080.183	4.327.027
Patrimonio líquido			
Patrimonio social		413.421	196.526
(Deficit) superavit do exercicio		33.360	141.018
		446.781	337.544
Total do passivo e patrimônio líquido		1.526.964	4.664.571

As Notas Explicativas da Administração Integram as Demonstrações Financeiras.



Seção II

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Demonstração das Sobras e Perdas dos Exercícios
Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015. (Em Reais – R\$)

	Nota	2016	2015
Receitas			
Doações estrangeiras	14	6.832.870	7.116.964
Doações nacionais	15	1.296.965	3.221.316
Prestação de serviços		7.500	38.410
Receitas financeiras		189.871	366.581
		8.327.206	10.743.271
Despesas (receitas) operacionais			
Salários e benefícios	16	3.412.946	3.876.576
Encargos sociais	17	861.741	1.071.392
Serviços prestados por terceiros	18	2.250.172	2.933.060
Repasse de recursos		764.391	1.037.609
Viagem e diárias	19	824.727	1.197.479
Administrativas e gerais	20	410.756	565.586
Depreciação e amortização		62.733	71.046
Outras despesas (receitas) operacionais		(293.620)	(150.495)
		8.293.846	10.602.253
Superávit (déficit) do exercício		33.360	141.018

As Notas Explicativas da Administração Integram as Demonstrações Financeiras.



Seção III

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
(Em Reais - R\$)

	2016	2015
Superávit (déficit) do exercício	33.360	141.018
Resultado abrangente do exercício	33.360	141.018

As Notas Explicativas da Administração Integram as Demonstrações Financeiras.



Seção IV

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015. (Em Reais – R\$)

	Patrimônio social	Superávit (déficit)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	227.609	(80.894)	146.715
Incorporação ao patrimônio social	(80.894)	80.894	-
Rendimento de aplicação financeira	49.811		49.811
Superávit do exercício	-	141.018	141.018
Saldos em 31 de dezembro de 2015	196.526	141.018	337.544
Incorporação ao patrimônio social	141.018	(141.018)	-
Rendimento de aplicação financeira	75.877	-	75.877
Superávit do exercício	-	33.360	33.360
Saldos em 31 de dezembro de 2016	413.421	33.360	446.781

As Notas Explicativas da Administração Integram as Demonstrações Financeiras.



Seção V

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Demonstração do Fluxo de Caixa
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015. (Em Reais – R\$)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	33.360	141.018
Ajustes:		
Depreciação e amortização	62.733	71.046
Resultado da baixa de ativo imobilizado	3.159	3.329
Rendimento de aplicação financeira - Fundo Institucional	75.877	49.811
	175.129	265.204
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber de projetos	-94.762	10.337
Outros créditos	337.588	-305.956
Despesas do exercício seguinte	-1.984	6.934
	240.842	-288.685
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	-45.632	-42.509
Férias e encargos sociais	-39.817	-76.578
Obrigações fiscais e sociais	-139.779	-81.255
Outras obrigações	-10.097	366
Recursos vinculados a projetos	-2.999.085	1.472.387
Receitas diferidas	-12.434	22.363
	-3.246.844	1.294.774
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	-2.830.873	1.271.293
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimos de ativo imobilizado	-23.937	-44.355
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-23.937	-44.355
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-2.854.810	1.226.938
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.475.950	2.249.012
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	626.994	3.475.950
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-2.848.956	1.226.938

As Notas Explicativas da Administração Integram as Demonstrações Financeiras.



Seção VI

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2016 e de 2015. (Valores expressos em reais)

1. Aspectos institucionais

O Instituto Centro de Vida foi fundado em 14 de abril de 1991, sendo uma instituição civil de direito privado sem fins lucrativos, de caráter científico-cultural, com fins de interesse público, autônoma e sem vinculação político-partidária, nem distinção de credo, raça, etnia e classe social. Foi declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº. 6.752/96 e qualificada como OSCIP conforme DOU de 05 de dezembro de 2003. É dirigida por seus instituidores e sócios efetivos, tem prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Cuiabá-MT, possuindo sub-sede em Alta Floresta-MT. A Entidade tem como objetivo realizar e estimular o desenvolvimento de ações que contribuam para a proteção do meio-ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e a manutenção da diversidade biológica e cultural, para as presentes e futuras gerações, bem como desenvolver ações de interesse público para a concretização do respeito pela vida, liberdades, direitos humanos e o fortalecimento da cidadania.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 08 de março de 2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.



2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado (nota 6).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto.

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. O Instituto possui os ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.



Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são, substancialmente, representadas por Fundos de renda fixa, realizadas com instituição financeira de primeira linha às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Os passivos financeiros não derivativos estão representados por fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

c) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação são mensurados



a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos como outras receitas no resultado.

O software adquirido, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele ativo.

Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada sobre o valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Edificações	25 anos
Veículos e equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e instalações	10 anos

Os critérios de depreciação e a vida útil são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração não



identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos.

e) *Benefícios a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pelo Instituto não há qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

f) *Provisões*

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Instituto possui uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso seja requerido para liquidar a obrigação.

g) *Receita diferida*

Os recursos decorrentes de projetos que são aplicados na aquisição de ativo imobilizado são reconhecidos como receita diferida no passivo não circulante e são transferidos para o resultado do exercício, conforme o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação do ativo imobilizado.

h) *Reconhecimento de receitas e apuração do resultado*

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. O Instituto possui três tipos principais de receitas (receitas com doações nacionais, receitas com doações internacionais e receitas de prestação de serviços).

i) *Receitas financeiras*

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.



j) Doações e contribuições

As doações e contribuições recebidas são reconhecidas como receitas de doações.

k) Contas a receber de projetos

Representam valores a receber dos projetos de financiadores e estão registrados pelo seu valor nominal.

l) Empréstimos entre projetos

Para permitir um maior controle das operações de empréstimos entre os projetos, os valores são contabilizados, simultaneamente, em conta de ativo e de passivo circulantes, sem representar qualquer efeito no patrimônio líquido do Instituto. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo desta rubrica era de R\$ 388.300 (R\$ 131.500 em 2015).

A característica básica destes empréstimos é que eles são realizados para cobrir momentaneamente as necessidades de capital de giro de determinados projetos, representado pelo descasamento entre a execução das atividades e o ingresso dos recursos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2016	2015
Bancos	300.297	145.884
Aplicações financeiras (*)	326.697	3.330.066
Total	626.994	3.475.950

(*) Aplicações financeiras em Fundo de renda fixa no Banco do Brasil

5. Contas a receber de projetos

O valor de R\$ 252.256 (R\$ 252.256 em 2015) corresponde a gastos efetuados decorrentes da contribuição do Instituto para a geração de créditos de sequestro de carbono no âmbito do Projeto Carbono Socioambiental do Xingu / Natura, cujo montante será recebido ao longo da sua execução até o ano de 2030.



6. Imobilizado e intangível Imobilizado

As movimentações do custo, da depreciação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão demonstradas nos quadros abaixo:

Imobilizado

Custo de aquisição de 2016

Descrição	01.01.2016	Adições	Baixas	31.12.2016
Terrenos	58.278	-		58.278
Edifícios	209.515	-		209.515
Veículos	44.020	-	26.500	17.520
Maquinas e equipamentos	84.647	1.921		86.569
Móveis e utensílios	60.385	-		60.385
Instalações	30.683	3.959		34.642
Softwares	56.506	-		56.506
Equipamentos de Informática	429.784	18.056	1.479	446.361
Total	973.818	23.936	27.979	969.776

Depreciação acumulada de 2016

Descrição	01.01.2016	Adições	Baixas	31.12.2016
Edifícios	89.923	8.380		98.303
Veículos	17.848	6.995	7.323	17.520
Maquinas e equipamentos	52.486	6.856	3.668	55.674
Móveis e utensílios	24.905	6.077	1.468	29.514
Instalações	12.475	3.366	131	15.710
Softwares	55.062	843		55.905
Equipamentos de informática	345.463	36.072	12.230	369.305
Total	598.162	68.589	24.820	641.931
Valor líquido	375.656	-44.653	3.159	327.845

Intangível

Custo de aquisição de 2016

Descrição	01.01.2016	Adições	Baixas	31.12.2016
Marcas e patentes	3.586	-	-	3.586
Total	3.586	-	-	3.586



Imobilizado

Custo de aquisição de 2015

Descrição	01.01.2015	Adições	Baixas	31.12.2015
Terrenos	58.278	-		58.278
Edifícios	209.515	-		209.515
Veículos	44.020	-		44.020
Maquinas e equipamentos	83.428	1.219		84.647
Móveis e utensílios	55.885	4.500		60.385
Instalações	28.486	2.197		30.683
Softwares	56.506	-		56.506
Equipamentos de informática	419.476	36.439	26.131	429.784
Total	955.595	44.355	26.131	973.818

Depreciação acumulada de 2015

Descrição	01.01.2015	Adições	Baixas	31.12.2015
Edifícios	81.542	8.381		89.923
Veículos	12.548	5.300		17.848
Maquinas e equipamentos	44.960	7.526		52.486
Móveis e utensílios	19.024	5.881		24.905
Instalações	9.179	3.296		12.475
Softwares	52.487	2.575		55.062
Equipamentos de informática	330.180	38.085	22.802	345.463
Total	549.920	71.044	22.802	598.162
Valor líquido	405.676	-26.689	3.329	375.656

Intangível

Descrição	01.01.2015	Adições	Baixas	31.12.2015
Marcas e patentes	3.586	-	-	3.586
Total	3.586	-	-	3.586

7. Contas a receber de projetos

Os valores correspondem a recursos aplicados em atividades de Projetos durante os exercícios e que serão restituídos pelos seus financiadores no ano seguinte.



Projeto	2016	2015
Soja Sustentável / IDH	-	125.755
Disseminando Salv Redd+/CI	-	20.658
OCF / IPAM – Norad	28.655	-
Rumo ao Desmatamento Zero / CLUA	195.379	-
Controle Social Infraestrutura / Porticus	17.141	-
	241.175	146.413

8. Obrigações fiscais e sociais

Descrição	2016	2015
INSS – salários	50.194	70.131
INSS – serviços prestados	3.903	1.474
Imposto de renda retido na fonte – salários	37.204	130.382
Imposto de renda retido na fonte – serviços prestados	962	8.995
FGTS	20.879	23.452
Outros tributos	5.736	25.022
	118.878	259.456

9. Recursos vinculados a projetos

Os recursos recebidos de financiadores para aplicação em projetos são inicialmente contabilizados no passivo circulante na rubrica de *Recursos vinculados a projetos*. Ao final do exercício, é feita a transferência para receita em valor equivalente às despesas do projeto havidas durante o ano, procedimento que não tem influência na apuração do superávit ou déficit.

Na data do balanço, o saldo da conta de *Recursos vinculados a projetos* representa valor a ser aplicado em gastos no exercício seguinte, devendo corresponder a fundos existentes em bancos conta movimento, aplicações financeiras ou de empréstimos efetuados para outros projetos.

Em 31 de dezembro de 2016 a conta de *Recursos vinculados a projetos nacionais e estrangeiros* apresenta o valor de R\$ 494.989 (R\$ 3.494.074 em 2015), conforme detalhes abaixo:

Projetos estrangeiros	2016	2015
Municípios Sustentáveis / GBMF	-	-
Pecuária / NORAD – Solidaridad	-	254.181
Incidência Política no Pantanal / IUCN	-	-
Novo Campo / Good Energies	-	665.684



Rumo ao Desmatamento Zero MT / CLUA	-	526.330
Bacia do Alto Paraguai / EA – IUCN	-	-
Capacita PMS	-	2.325
Fortalecendo Governança MT / CLUA	-	-
Soja Sustentável / IUCN	-	-
Pecuária sem Desmatamento / GBMF	151.351	1.274.035
Infra estrutura Amazônica Fase 2 / MOTT	261.131	549.038
Forest Transparency / IMAZON – Norad	23.935	-
	436.417	3.271.593

Projetos nacionais	2 0 1 6	2 0 1 5
Espaço Vitória / Petrobrás	-	3.671
NATI / FSP – GTPS	-	27.847
Pecuária Integrada de Baixo Carbono / Fundo Vale	-	-
Noroeste MT / Fundo Vale	5.708	124.854
XV Congresso MP Meio Ambiente / M. Público	36.198	36.198
Contextos Amazônicos / CASA	-	2.065
Polycymix / CE - REDES	-	-
IIS – Instituto Internacional para a Sustentabilidade	-	27.846
Rede Infraestrutura Energia na Amazônia / CASA	6.573	-
8º Congresso MP Ambiental	10.093	-
	58.572	222.481
Total dos projetos estrangeiros e nacionais	494.989	3.494.074

10. Imunidade tributária

Tendo em vista que o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está isenta ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

11. Patrimônio líquido

Representa a dotação inicial do Instituto, acrescida dos superávits, de doações patrimoniais e diminuído dos déficits apurados anualmente desde a data da sua constituição.

12. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro



O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição do Instituto a cada um dos riscos acima.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro do Instituto caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, o Instituto adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, o Instituto somente realiza operações com aquelas de baixo risco através de aplicações em fundos de renda fixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	626.994	3.475.950
Contas a receber de projetos:		
Circulante		
	241.175	146.413
Não circulante	252.256	252.256
Outros créditos	68.963	406.551
	1.189.388	4.281.170

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Instituto encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, em condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do Instituto.



O Instituto apresentava em 31 de dezembro de 2016 um ativo circulante (liquido de despesa do exercício seguinte) de R\$ 937.133 (R\$ 4.028.914 em 2015) para um passivo circulante de R\$ 982.033 (R\$ 4.216.767 em 2015) o que representa uma liquidez negativa de R\$ 44.900 (liquidez negativa de R\$ 187.853 em 2015).

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o período de 180 dias, o mesmo ocorrendo com os ativos circulantes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos, nas receitas financeiras e os custos do Instituto.

Este risco é diminuído tendo em vista que um dos componentes relevantes dos gastos (33% em 2016 e 38% em 2015) é o de pessoal cuja remuneração é estabelecida através de acordo coletivo com a categoria profissional dos seus colaboradores e é pago em moeda nacional.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis. Este risco é reduzido uma vez que o principal componente do custo dos projetos refere-se a gastos de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio da categoria profissional.

Com relação às taxas de juros, o Instituto realiza seus investimentos em fundos de renda fixa, que apresenta imediata liquidez e remuneração líquida superior à inflação.

13. Cobertura de seguros

De acordo com decisão da Administração, o ICV possui a política de efetuar a contratação de seguros apenas para os veículos. Não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, o exame das premissas de riscos adotadas pelo Instituto.



14. Doações estrangeiras

Doador	2016	2015
Gordon and Betty Moore Foundation – GBMF	2.686.535	3.004.567
World Resources Institute – WRI	2.697	493.405
The Climate and Land Use Alliance – CLUA	1.415.683	1.082.755
Fundação Avina	959	267.128
International Union for Conservation of Nature – IUCN	734	501.832
Fundación Solidaridad Latinoamericana – Solidaridad	928.757	249.724
Fundação Mott	449.789	275.330
Good Energies Foundation	665.736	880.309
Instituto Homem Meio Ambiente Amazônia / IMAZON	290.040	-
Environmental Defense Fund. / EDF – Norad	343.361	-
Outros (4 doadores)	48.579	361.914
	6.832.870	7.116.964

15. Doações nacionais

Doador	2016	2015
Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável	856.774	2.554.051
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás	186.743	539.299
Instituto Pesquisa Ambiental Amazônia / IPAM	213.794	-
Outros (3 doadores em 2016; 5 doadores em 2015)	39.654	127.965
	1.296.965	3.221.315

16. Despesas de salários e benefícios

Descrição	2016	2015
Salários	2.226.223	2.591.511
Férias	415.018	499.922
13º salário	279.972	338.263
Auxílio alimentação	276.327	253.934
Plano de saúde	65.172	62.159
Formação de pessoal	31.983	42.125
Estágios	50.510	55.498
Seguro de vida	5.643	7.552
Programa de controle medico e saúde ocupacional	370	873
Vale transporte	217	207
Verbas rescisórias	61.511	24.532
	3.412.946	3.876.576



17. Encargos sociais

Descrição	2016	2015
INSS – Folha de pagamento	572.568	662.904
FGTS	266.720	382.480
PIS	22.454	26.008
	861.742	1.071.392

18. Serviços prestados por terceiros

Descrição	2016	2015
Serviços prestados - Pessoa jurídica	2.151.760	2.639.166
Serviços prestados - Pessoa física	98.412	293.894
	2.250.172	2.933.060

19. Viagens e diárias

Descrição	2016	2015
Viagens e deslocamentos	824.727	1.181.927
Diárias	-	15.552
	824.727	1.197.479

20. Administrativas e gerais

Descrição	2016	2015
Material de consumo	322.148	416.049
Tributos e tarifas	88.608	149.537
	410.756	565.586



SEÇÃO VII

INSTITUTO CENTRO DE VIDA

Para
Renato Aparecido Farias
Diretor Executivo do Instituto Centro de Vida
Cuiabá, Mato Grosso

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO CENTRO DE VIDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO CENTRO DE VIDA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do **INSTITUTO CENTRO DE VIDA** do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos valores são apresentados para fins de comparação, não foram por nos examinadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam



levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 13 de março de 2017.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" MT